TL1497

Padre Francisco M. Fernandes

O papel da Igreja em Timor-Leste ocupado

Quando João Paulo II visitou o Peru, em 1985, uma delegação de dirigentes índios foi entregar-lhe uma carta que diz:

«Nós, índios de Andes e da América, decidimos aproveitar a visita de João Paulo II para lhe devolver a Bíblia, porque em cinco séculos ela não nos deu nem amor, nem paz, nem justiça. Por favor tome de novo a Bíblia e devolva-a a nossos opressores porque eles mais do que nós precisam dos preceitos morais da Bíblia [...]»

(Leonardo BOFF, *Nova Evangelização, Perpectivas dos Oprimidos*, p. 13).

Na sua visita a Timor-Leste, em Outubro de 1989, também o Sumo Pontífice foi testemunha de uma contestação protagonizada pela juventude timorense. Uma contestação mais ruidosa e espectacular do que a dos índios, porque mereceu as primeiras páginas da imprensa mundial e alguns jovens perderam a vida.

Mas tal contestação não foi contra o Papa, nem tão-pouco contra a Igreja e muito menos contra os evangelizadores lusitanos.

Mas sim foi apenas uma mensagem para o Pontífice e a comunidade internacional de que os Timorenses repudiam a ocupação da sua terra pela Indonésia.

Esta contestação foi apenas a ponta do *iceberg* que encobre o drama vivido pelo povo de Timor-Leste num clima de terror e, medo criado por um dos regimes mais repressivos da História.

É dentro deste cenário que actua a Igreja Católica em Timor, exercendo as suas actividades pastorais junto do povo e para o povo. E nos momentos cruciais a Igreja é chamada a actuar como protector, defensor e consciência do povo oprimido.

E por sua parte o povo reconhece a Igreja Católica como a única instituição em que ela confia, nesta hora particularmente conturbada da história de Timor.

Por que razão o povo de Timor-Leste está a aderir em massa à Igreja Católica durante estes 13 anos de ocupação islâmica mais do que durante os 300 anos de Portugal católico?

As respostas a esta pergunta podem variar conforme os diferentes pontos de vista. Mas, para os timorenses nacionalistas, esta conversão maciça significa a identificação do povo com a Igreja, pois ambos são alvo do agressor e vítimas das atrocidades perpetradas pelas forças armadas indonésias.

Tais atrocidades e desrespeito pela dignidade humana são consideradas pelos Timorenses como uma farsa da política de progresso e liberdade tão apregoada pelo governo de Jacarta. A magnitude do sofrimento criou entre os Timorenses um sentimento anti-indonésio tão profundo e generalizado que está em proporção directa com a perda de 200 mil vidas em menos de 10 anos. Os sobreviventes enfrentam uma destruição sistemática de todas as estruturas socioeconómicas e vivem num clima de terror, de repressão e de insegurança.

Segundo um capelão militar indonésio de nome Supratman (Timor-Leste: *Paz é Possível*, 18/1/89), «os soldados indonésios, por não poderem comunicar com o povo em Tectum ou Português, começam a roubar, prender e torturar o povo e a queimar as suas casas. Obviamente, este comportamento fere o coração do povo de Timor. Porque muitos timorenses foram vítimas de tais torturas e outros viram com os próprios olhos o massacre dos seus próprios filhos, maridos, esposas ou parentes». E concluiu o capelão: «tudo isto só contribui para criar um clima de grande depressão mental entre os Timorenses».

Baseados em factos apresentados pelo próprio agressor, como o testemunho deste capelão militar, os Timorenses têm toda a razão para não terem simpatia para com as forças ocupantes. Mesmo aqueles timorenses que inicialmente defendiam a integração de Timor na Indonésia passam a defender a independência, uma vez que ficaram inteirados de tanto sofrimento e martírio causados pelo governo de Jacarta.

Essa rejeição da Indonésia estende-se a tudo aquilo que está associado com ela. As suas organizações,

mesmo humanitárias, os seus símbolos, as suas igrejas, técnicos, mesmo padres católicos, são considerados como instrumentos de um governo dispótico que impõe pela força aos Timorenses uma política indesejável e inaceitável: a integração. Por outro lado, o facto de a ilha de Timor ter sido descoberta por dominicanos portugueses, tem um significado particular para o povo timorense e reflecte-se nas suas tradições, lendas e credos e contribui para cimentar uma atmosfera de respeito e amizade por tudo aquilo que pertence à Igreja. E assim, desde a chegada dos primeiros portugueses até à retirada do último governador em Dezembro de 1975, a igreja de Timor nunca conheceu alguma espécie de perseguição da parte do povo timorense. Pois a Igreja criou raízes tão profundas no coração dos Timorenses que está implantada em todos os níveis das suas organizações tradicionais.

Sob a ocupação indonésia, a Igreja Católica é oficialmente neutra. Mas o facto de muitos sacerdotes timorenses se recusarem terminantemente a adoptar a cidadania indonésia tem influenciado psicologicamente o povo por forma a distanciar-se dos agressores e a aproximar-se da Igreja.

Eclesiasticamente, a igreja de Timor não é alinhada, isto é, se, por um lado, já não constitui parte integrante da Conferência dos Bispos de Portugal, também por outro lado, não está integrada na organização congénere da igreja indonésia. A igreja de Timor depende directamente do Vaticano que nomeia um administrador apostólico. Actualmente é o bispo D. Carlos Filipe Belo, nomeado bispo titular, em 19 de Junho do ano de 1988. O Vaticano foi muito cauteloso ao nomear D. Belo como bispo titular e não bispo residencial de Díli. A diferença está em que o bispo titular, ao contrário do bispo residencial, não pode tomar uma decisão definitiva em relação aos problemas de fundo da Diocese sem primeiro ouvir e consultar o Vaticano, que tem a última palavra. Se Timor tiver um bispo residencial, necessariamente tem que alinhar ou com Portugal ou com a Indonésia. Em qualquer dos casos, a Santa Sé não se sente confortável, pois se alinhar com Lisboa, ofende Jacarta, e se alinhar com Jacarta, ofende Lisboa.

Mas, enquanto o Vaticano é ambivalente na sua actuação, na prática a igreja de Timor participa da dor, do martírio e das aspirações do povo de Timor. Assim se têm afirmado os responsáveis pela igreja em Timor. Antes, Monsenhor Martinho da Costa Lopes, que recebeu como «prémio» a sua forçada resignação pressionada por Jacarta. Agora, o bispo Belo, que inicialmente era tímido, mas, uma vez inteirado das realidades de Timor, apelou corajosamente para as Nações Unidas, a fim de realizar um *referendum* que será a solução mais adequada e viável para pôr termo à guerra em Timor. Mas o real significado deste desafio ao governo de Jacarta tornou-se mais visivelmente eloquente quando o número dos católicos em Timor, que antes da invasão eran de 35% da população (688 769), passou para mais de 89% depois da invasão, não obstante a falta de clero e os limitados recursos materiais.

Segundo uma entrevista concedida pelo bispo Belo em 20 de Agosto de 1988, à revista *Asia Focus*, houve um aumento de 300 690 católicos. Isto é, em 10 anos houve mais conversões do que em 300 anos da administração portuguesa.

Mais adiante esclareceremos a razão desta conversão em massa dos Timorenses à Igreja Católica. Segundo os mesmos dados estatísticos, os adeptos do Islão, cujo número era quase insignificante antes da invasão, aumentaram bastante depois da invasão devido ao programa de transmigrações e da militarização indonésia; o mesmo se diga dos protestantes.

A razão desta opção pelo Catolicismo pode-se explicar pelo seguinte facto. Durante a administração portuguesa havia respeito pelos usos e costumes do povo, pelas suas crenças e maneira de ser. Numa palavra, havia justiça amizade e uma vivência humana e cristã.

Os Indonésios tentam alterar o *status quo* pela «indonesianização» do povo timorense através da ideologia do Estado-Pantasila ou os cinco princípios, que são: crença em Deus, nacionalismo, justiça social, democracia e unidade.

Segundo Pantasila, todo o cidadão indonésio tem que aderir a uma das cinco religiões reconhecidas pelo estado: Catolicismo, Protestantismo, Islamismo, Budismo, Hinduismo. E na mentalidade das autoridades indonésias o timorense que não adere a uma dessas religiões é suspeito como marxista. Isto é, o timorense é forçado a abandonar a sua religião tradicional: o Animismo, que o Governo Português sempre respeitou.

E assim, no momento da opção, os Timorenses em massa optam pela Igreja Católica que eles identificam com Portugal e que através dos séculos tem participado com o povo nas horas de prosperidade ou privação. Embora os convertidos às religiões islâmica e protestante sejam remunerados com benefícios materiais e lugares de chefia na administração de Timor, o povo rejeita-as como religiões associadas com o regime que inundou Timor com um dilúvio de lágrimas.

O bispo D. Carlos Filipe Ximenes Belo viu nesse fenómeno de conversão a melhor maneira de preservar e defender a identidade do povo de Timor. Se bem que os motivos da conversão não sejam fundamentalmente religiosos, o «alinhamento» do povo com a Igreja (fortemente influenciado pelo clero timorense) é um sinal de que o povo confia mais na Igreja do que no Governo Indonésio.

O povo procura na Igreja a protecção, ajuda e respeito que não encontra no governo da ocupação. A igreja torna-se assim a igreja do povo e vice-versa, como afirmação do princípio que tanto o povo como a Igreja são alvos do agressor indonésio.

Economicamente, a Igreja ficou sem as suas fontes de receita que eram a criação de gado e plantações de café que foram totalmente destruídas pelo invasor. O pouco que a Igreja recebeu da caridade das igrejas irmãs da Austrália (*Catholic Relief of Australia*) e da América é destinado à assistência aos milhares de órfãos e viúvas à conta da diocese de Díli e ao mesmo tempo

a reabilitar as suas fontes da receita, para não depender totalmente da caridade internacional.

A posição oficial da igreja de Timor em relação ao conflito é esta. Se a curto prazo se preocupa com problemas humanitários, a longo prazo a Igreja entende que a destruição sistemática das estruturas económicas de Timor e o genocídio cultural e físico do povo timorense são consequência da ocupação indonésia.

É necessário remover esta causa — a ocupação — para que o povo de Timor-Leste possa usufruir também da paz, da liberdade e da felicidade.

A Igreja entende igualmente que qualquer tentativa de abordar o problema de Timor somente em termos humanitários não é a resposta fundamental para pôr termo ao conflito. A resposta fundamental é, acima de tudo, a da ordem e da justiça.

A nossa experiência sob a ocupação indonésia ensina-nos que a chave para a nossa dignidade como povo está no exercício do direito que temos para escolher livremente o nosso futuro. Precisamente esse direito que o governo de Jacarta nos tem negado.

Os responsáveis pela igreja de Timor não esconderam a sua preocupação a esse respeito.

O bispo Belo afirmou em 5 de Dezembro de 1984 o seguinte:

«Apesar de todas as forças estarem contra nós continuamos a afirmar que a solução para o conflito de Timor é uma solução política e diplomática que inclui acima de tudo o respeito pela autodeterminação.»

Monsenhor Martinho da Costa Lopes também afirmou o mesmo, ao dizer:

«Na ausência de uma genuína autodeterminação e independência, a guerra e a miséria hão-de continuar indefinidamente em Timor-Leste.

Não há nenhum bem material que possa compensar a recusa da autodeterminação e independência ao povo de Timor».

Dentro desta linha de pensamento podemos concluir que, mais profunda que a dor provocada pela fome ou doenças, é a dor do espírito, ferido pela recusa dos nossos direitos fundamentais como povo livre. E para aliviar esta dor a Igreja tenta lutar por uma solução, não em termos de caridade, mas em termos de justiça, que tem de ser resolvida através dos processos democráticos recomendados pelas Nações Unidas, e nunca pela força das armas. ▼

Missionários de Timor

N.º de Ord.	Congregação	Presbíteros	Diáconos	Irmãos	Total
1	Diocesanos	26	—	—	26
2	Jesuítas	8	—	2	10
3	Salesianos	16	1	6	23
4	Verbitas	13	—	6	19
5	Fransciscanos	1	—	2	3
6	Claretianos	3	—	—	3
Soma	6	67	1	16	84

Religiosas ao serviço da diocese de Díli

N.º de Ord.	Congregação	Nativas	Não nativas	Total
1	Canossianas	33	13	46
2	Carmelitas	10	10	20
3	F. M. Auxiliadora	—	7	7
4	C. Borromeu	—	6	6
5	Ursulinas	—	4	4
6	P. R. Rosarii	—	8	8
7	Abdi rih Kudus (SSPS)	—	12	12
8	Franciscanas (F C G M.)	—	4	4
9	Pengicut Yesus (C I J)	—	4	4
10	Belas Kasikan	—	3	3
11	Maryknoll	—	5	5
Soma	11	43	76	119